

Reinventando a ecopedagogia: patriarcado, modernidade e capitalismo

Reinventing ecopedagogy: Patriarchy, modernity and capitalism

Reinventar la ecopedagogía: patriarcado, modernidad y capitalismo

Ivo Dickmann¹

Resumo

Esta pesquisa trata da relação entre Educação Ambiental (EA) e Ecopedagogia, suas origens e trajetórias, como se articulam pedagógica e politicamente em seus contextos para estabelecer suas aproximações e distanciamentos em relação com a perspectiva crítica da Educação. A questão que move essa reflexão é: quais são as aproximações e distanciamentos entre a EA e a Ecopedagogia e como elas se constituem como campos distintos de conhecimentos e práticas educativas? O objetivo é estabelecer as fronteiras de ambas e suas intersecções de modo a distingui-las, estabelecendo novos horizontes para a Ecopedagogia. Primeiramente se estabeleceram os referenciais teórico-práticos de cada uma individualmente; posteriormente construiu-se um quadro sinótico com as respectivas características e, por fim, delimitaram-se as fronteiras, intersecções e distanciamentos, construindo um conjunto de indicações propositivas para a reinvenção da Ecopedagogia e as grandes questões na atualidade: superação patriarcado, do pensamento moderno e do capitalismo.

Palavras-Chave: Educação Ambiental. Ecopedagogia. Educação Crítica.

Abstract

This research deals with the relationship between Environmental Education (EE) and Ecopedagogy, their origins and trajectories, how they are pedagogically and politically articulated in their contexts to establish their approximations and distances in relation to the critical perspective of Education. The question that drives this reflection is: what are the approximations and distances between EE and Ecopedagogy and how do they constitute themselves as distinct fields of knowledge and educational practices? The objective is to establish the boundaries of both and their intersections in order to distinguish them, establishing new horizons for Ecopedagogy. First, the theoretical-practical references of each one were established individually; later, a synoptic table was built with the respective characteristics and, finally, the borders, intersections and distances were delimited, building a set of propositional indications for the reinvention of Ecopedagogy and the great issues of today: overcoming patriarchy, of modern thought and capitalism.

Keywords: Environmental Education. Ecopedagogy. Critical Education.

Resumen

Esta investigación aborda la relación entre la Educación Ambiental (EA) y la Ecopedagogía, sus orígenes y trayectorias, cómo se articulan pedagógica y políticamente en sus contextos para establecer sus aproximaciones y distancias en relación a la perspectiva crítica de la Educación. La pregunta que impulsa esta reflexión es: ¿cuáles son las aproximaciones y distancias entre

¹ Universidade Comunitária da Região de Chapecó - Unochapecó.

la EA y la Ecopedagogía y cómo se constituyen como campos distintos de saberes y prácticas educativas? El objetivo es establecer los límites de ambos y sus intersecciones para distinguirlos, estableciendo nuevos horizontes para la Ecopedagogía. En primer lugar, se establecieron individualmente los referentes teórico-prácticos de cada uno; posteriormente, se construyó un cuadro sinóptico con las respectivas características y, finalmente, se delimitaron las fronteras, intersecciones y distancias, construyendo un conjunto de indicaciones propositivas para la reinención de la Ecopedagogía y los grandes temas en la actualidad: la superación del patriarcado, del pensamiento moderno y del capitalismo.

Palabras-clave: Educación Ambiental. Ecopedagogía. Educación crítica.

Introdução

Esta pesquisa trata da relação entre Educação Ambiental (EA) e Ecopedagogia, analisando suas origens e trajetórias, traduzindo as bases teórico-práticas que as fundamentam e como se articulam pedagógica e politicamente em seus contextos de origem. Faz-se uma síntese entre suas semelhanças e diferenças, estabelecendo aproximações e distanciamentos do ponto de vista histórico e epistemológico-conceitual.

O texto está embasado nas obras de autores de referência que sintetizam o objeto de estudo e dialogam com o referencial teórico de ambas produzido historicamente em relação com a perspectiva crítica da Educação, acentuadamente de Paulo Freire. Nesse sentido, caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de ordem bibliográfica do referencial pertinente à Educação Ambiental e à Ecopedagogia disponível em livros e artigos científicos, em português, espanhol e inglês.

Essa pesquisa é um ponto de partida para uma reviravolta nas minhas investigações no campo da Educação em geral e da Educação Ambiental em específico, focalizando de agora em diante, e num projeto de longo prazo, na Ecopedagogia como um paradigma para uma leitura da realidade-ambiente de forma crítica, visando superar o modelo cartesiano moderno (que será tematizado ao longo do trabalho).

A questão que move essa reflexão é: quais são as aproximações e distanciamentos entre a EA e a Ecopedagogia e como elas se constituem como campos distintos de conhecimentos e práticas sociais e educativas? O objetivo principal é estabelecer as fronteiras de ambas e suas intersecções, de modo a distingui-las, como contribuição para esse campo de pesquisa além de estabelecer novos horizontes para a Ecopedagogia em diálogo com os grandes temas atuais.

Para alcançar esse objetivo, (a) primeiramente se estabelecem os referenciais teórico-práticos de cada uma em separado; posteriormente (b) constrói-se um quadro sinótico com as respectivas características e, por fim, será possível (c) delimitam-se as fronteiras, intersecções e distanciamentos.

Como síntese provisória, esperamos construir um conjunto de proposições indicativas para repensar e reinventar a Ecopedagogia tomando como ponto central o conceito de **cidadania**, recém-criado por Prado Rojas (2020), a partir do entendimento que a cidadania é um conceito burguês e que não responde mais aos anseios de uma abordagem crítica ao capitalismo e seu atual modelo insustentável de vida, produção e consumo. Assim, emerge um segundo bloco central de crítica dessa investigação, a saber, a necessária superação do capitalismo como fator predominante na constituição de uma forma sustentável da defesa e garantia de todas as formas de vida do planeta.

Ainda nessa linha, é preciso perceber a inter-relação entre a Modernidade, o Capitalismo e o Patriarcado como uma situação de retroalimentação, um sustentando o outro como um plano articulado. E aqui surge o terceiro e último item que

trataremos como grande tema da atualidade, o Patriarcado, visto que a dominação branca masculina é parte integrante da realidade-ambiente servindo de base para estabelecer relações desiguais entre homens e mulheres, instigando preconceitos contra a comunidade LGBTQIA+, indígena e afrodescendente, a xenofobia e a aporofobia, ou seja, sendo um mal permanente aos seres humanos entre si e servindo de fundamento para uma relação de dominação e destruição da natureza.

Para atingirmos esses objetivos e realizarmos uma reflexão condizente com o projeto que nos propomos construir, temos a seguir um tópico sobre a Educação Ambiental, sua história e trajetória; na sequência, mostraremos as origens, caminhos e horizontes da Ecopedagogia para podermos construir um breve quadro sinótico entre as duas, para posteriormente, problematizar aspectos centrais da atualidade no que pode se constituir como a reinvenção da Ecopedagogia.

Educação Ambiental: história e trajetória

Ao longo dos últimos séculos os impactos sofridos pelo meio ambiente devido à ação antrópica vêm se intensificando, gerando uma crise ambiental e civilizatória que se estrutura por uma lógica que não respeita a resiliência dos ecossistemas naturais (o ritmo dos bens renováveis e não-renováveis) e desestabiliza o metabolismo social. Essa acumulação de capital e as formas de consumo vêm esgotando os recursos naturais, causando a deterioração do meio ambiente e a incapacidade de reestruturação natural dos ecossistemas, identificando a existência de uma crise que se instaura no âmbito social, ambiental, histórico-cultural e econômico, onde os valores éticos estão se esvaindo, ou sendo substituídos, a partir de uma organização de vida pautada na maximização dos lucros (FOSTER, 2005; LÖWY, 2014).

Nesse sentido, a EA é a dimensão da educação que busca redimensionar a relação do ser humano com a natureza, estabelecendo novas formas de produção e consumo, modos de vida mais sustentáveis e a construção de uma nova mentalidade da relação com a realidade-ambiente (DICKMANN; CARNEIRO, 2021) contribuindo para o rompimento da lógica capitalista neoliberal que está encaminhando a humanidade para a destruição em massa por vivermos num planeta tão vulnerável (FOSTER, 1999; 2002).

O ser humano enquanto parte constituinte e interdependente da natureza se apresenta como um ser inconcluso (FREIRE, 2004), inserido num todo que é socioambiental, que influencia e é influenciado pelas ações antrópicas, evoluindo na relação no mundo e com o mundo, imerso num entorno de realidades constitutivas – sexo-gênero, religião, ciência, raça, cultura, linguagem, consciência – em busca do sentido da vida (STAMOS, 2011).

Segundo Loureiro (2018) esta perspectiva de EA está ancorada desde os anos 1960 em quatro vetores que modelaram seus princípios e orientações político-pedagógicas: a) os movimentos sociais de origens diversos, especialmente o ambientalista e da educação crítica; b) a contracultura; c) a tentativa de preservação e conservação dos ecossistemas e da biodiversidade; d) os debates político-filosóficos da ecologia política em questionamento da sociedade capitalista com seus modos de vida e produção insustentáveis. Aliás, o termo Educação Ambiental foi usado pela primeira vez num evento na Universidade de Keele, no Reino Unido, em 1965, e somente a partir de 1972 em Estocolmo que a Organização das Nações Unidas (ONU) passou a fazer referência a ela em seus documentos oficiais (LOUREIRO, 2009).

Em síntese, essa abordagem construiu o entendimento das causas sociais dos problemas ambientais, superando a visão meramente ambientalista que dicotomizava sociedade e meio ambiente. Já nos anos de 1980 mais dois aspectos se tornaram relevante para a constituição do chamamos hoje de EA: o primeiro foi o fortalecimento da Educação Popular e dos movimentos de educação crítica pós-Ditadura e, em segundo lugar, a adesão de educadores populares e a presença da perspectiva

libertadora de Freire (2003) na EA, proporcionando um aprofundamento dos aspectos críticos de abordagem da relação ser humano e mundo, do binômio cultura e natureza.

Mas essa formatação de uma EA crítica e freiriana não tornaram as práticas monolíticas. Pelo contrário, a diversidade de aspectos ontológicos, epistemológicos e de práxis que a conformaram, dialeticamente, abriu a possibilidade de múltiplas “educações ambientais”. É clássica a cartografia de Sauv  (2005) que enumera quinze tipos possíveis, desde as perspectivas naturalistas e conservacionistas – não tão críticas e às vezes tecnicistas – até abordagens pedagógicas da práxis, crítica e com foco na sustentabilidade.

Ou ainda, conforme Layrargues e Lima (2014), de forma mais sint tica e rigorosa, demonstram que há pelo menos três macrotendências político-pedagógicas que coexistem (conservacionista, pragmática e crítica); e dentro desse espectro da teoria crítica, encontramos educadores ambientais produzindo práticas e conhecimentos com base na fenomenologia, na hermenêutica, no paradigma da complexidade, no materialismo histórico-dial tico, na perspectiva foucaultiana e pós-estruturalistas, na pedagogia libertadora freiriana, na est tica ambiental, na sociologia inglesa e francesa, entre outras.

Para Bertolucci, Machado e Santana (2005), há um conjunto de adjetiva es para a EA brasileira, de modo que ela tem se movimentado de posi es ing nuas para críticas, emancipatórias, transformadoras – incluindo até, equivocadamente –, a Ecopedagogia como um tipo de EA crítica.

Essa diversidade de teorias que embasam as práticas de alguma forma abriu a possibilidade de coopta o, sendo que a nomenclatura EA passou a designar um conjunto de práticas contraditórias entre si e que, por exemplo, ornamentaram os relatórios de sustentabilidade de empresas que agridem o meio ambiente e fazem das a es ambientais uma espécie de “marketing verde”, de modo paliativo em detrimento dos danos ambientais causados nos processos de produ o. Parece haver uma maleabilidade ideológica intrínseca   EA pela sua envergadura teórico-prática, mesmo constatando que majoritariamente se identifica e se faz a partir de abordagens político-pedagógicas críticas.

Outro aspecto a considerarmos na EA   que ela se constituiu historicamente como uma prática pedagógica encharcada pela Ecologia e pelo movimento ambientalista, sendo um reflexo destes na Educa o. Em outras palavras, sua constru o foi um processo heterog neo, moldando as práticas e reflexões pedagógicas ao discurso e práticas ambientalistas. Na sequência temos a EA cooptada pelos eventos da Organiza o das Na es Unidas (ONU) que em sua vertente neoliberal – embora não seja uma organiza o monolítica epistemologicamente falando, começa a produzir encontros sobre desenvolvimento sustentável, mas sem fazer um enfrentamento ao modelo capitalista, produzindo cartas importantes de orienta o da EA na escola, universidade e em espaços pedagógicos não formais, mas limitado ideologicamente por sua base de sustenta o econômica onde figuram os países mais ricos do mundo.

Isso, obviamente, não   demérito,   parte integrante do jogo político que a Educa o está inserida, mas   importante perceber de onde parte e como surge e se desenvolve a EA, no sentido de estabelecer com maiores detalhes sua trajetória, seus limites e potencialidades dentro da matriz moderna de pensamento.

Ecopedagogia: horizontes e caminhos

A Ecopedagogia tem um marco histórico de origem bem definido – os anos 1990 –, uma obra capital – Ecopedagogia e cidadania planetária –, com seus dois sistematizadores bem conhecidos, Francisco Gutiérrez e Cruz Prado (2013). Além deles podemos agregar a produ o de Gadotti (2000) com o livro *Pedagogia da Terra*, como protagonista nessa temática e as obras de Leonardo Boff (1999; 2004), em

especial, *Saber Cuidar: ética do humano, compaixão pela Terra e Ecologia: Grito da Terra, Grito dos Pobres*, sendo os demais pesquisadores coadjuvantes nessa produção, tendo artigos, capítulos ou livros que corroboram para o tema, mas que não se consolidaram como referências para o estudo da Ecopedagogia no Brasil, na América Latina e no mundo.

Desta forma, utilizaremos aqui, principalmente essas duas primeiras obras e esses autores como referência, dialogando com as demais produções deles sobre o tema em questão. A primeira, de Gutiérrez e Prado, foi publicada numa versão em espanhol no ano de 1972, na cidade de San José da Costa Rica e, no ano de 1999, fora publicado pelo Instituto Paulo Freire a versão do livro em português. O livro de Moacir Gadotti é do ano 2000 e surgiu como resultado de uma disciplina dada por ele na USP, na pós-graduação em Educação, sendo uma síntese das discussões com os mestrandos e mestrandas, a partir das provocações de Gadotti sobre a temática da Ecopedagogia e cidadania planetária na relação ao pensamento de Paulo Freire.

Essas obras só foram possíveis devido a um diálogo entre Gadotti, Freire e Gutiérrez com a intenção de promover uma pedagogia que considerasse o novo paradigma científico, a ecologia profunda e agregasse as outras ciências de fronteira. Paulo Freire não conseguiu contribuir muito nesse processo pela sua morte precoce, mas Gadotti e Gutiérrez se empenharam em cumprir a tarefa (GUTIÉRREZ; PRADO, 2013). Essa proposta inicialmente chamada de pedagogia da sustentabilidade ou do desenvolvimento sustentável, já fazia referência às visões holísticas e ao equilíbrio dinâmico entre seres humanos e natureza e à sustentabilidade como pressupostos essenciais dessa nova pedagogia, porém, ao mesmo tempo foi com o conceito da Ecopedagogia que está além da cidadania ambiental, sendo que era preciso romper com a perspectiva liberal da globalização e postular uma cidadania planetária (GADOTTI, 2010).

Assim, nesse enredamento dialético-complexo, a Ecopedagogia se constitui a partir de três conceitos-chave emergentes que estão inter-relacionados: 1) ecologia profunda: como fundamento científico da mudança necessária para o movimento do eu pessoal, ampliado no eu social até o eu ecológico; 2) pedagogia: como promoção da aprendizagem, essência da mediação pedagógica e a vida como processo cognitivo; 3) planetaridade: como dimensão política ao estabelecer a distinção com a globalização e sentir e viver como parte constitutiva da Terra. Por outro lado, ao mesmo tempo, apresentam-se três princípios básicos que explicam como os seres vivos e os sistemas sociais se desenvolvem pela aprendizagem: 1) auto-organização: explica o processo dos sistemas naturais e sociais como fluxos permanentes ao ter como base a passagem da física newtoniana (estática) para a física quântica (dinâmica); 2) interdependência: explica as redes de relações e realizações humanas como parte do todo do universo que integra a realidade, que não partem de fora, mas de dentro da própria realidade natural num fluxo constante de matéria e energia num equilíbrio entre estabilidade e crescimento, numa rede ininterrupta de configurações vitais; 3) sustentabilidade: é o complemento da auto-organização na relação delicada e vulnerável da manutenção da vida cooperativa dos ecossistemas, se contraponto a acumulação do capital gerador da destruição do planeta e da vida humana, buscando a religação com o cosmo. Esses são os seis aspectos centrais que orientam os caminhos e horizontes da Ecopedagogia (GUTIÉRREZ; PRADO, 2013).

Nesse processo de efetivação de uma nova pedagogia da casa comum, foi importante a realização do I Encontro Internacional da Carta da Terra na Perspectiva da Educação, realizado em 1999 pelo Instituto Paulo Freire (IPF) apoiado pela UNESCO, e teve como resultado a criação do movimento pela Ecopedagogia, tornando o IPF instituição de referência das atividades realizadas acerca do tema e onde foi aprovado a “Carta da Ecopedagogia: em defesa de uma Pedagogia da Terra” (GADOTTI, 2001).

A Carta da Ecopedagogia se baseia na Carta da Terra, que é um ponto de referência para a constituição da Ecopedagogia, sendo orientada por dez princípios

fundamentais: 1) a Terra é um organismo vivo, em evolução e interdependendo com os seres vivos; 2) é necessário mudar o paradigma econômico para um desenvolvimento justo, equitativo na direção do bem-estar sócio-cósmico; 3) dependência da sustentabilidade econômica e ambiental a uma consciência ecológica e educativa; 4) consciência de pertencimento a uma única comunidade de vida gera solidariedade e cidadania planetária; 5) a problemática ambiental cotidiana processa uma consciência ecológica e uma mudança de mentalidade; 6) a ecopedagogia não é só para educadores, mas para toda a humanidade em vista da mudança das relações; 7) a sociedade planetária exige trabalhar a partir dos contextos da vida e interesses das pessoas; 8) reeducar o olhar desenvolvendo atitudes de reversão da cultura do descartável; 9) biocultura, cultura da vida, geradora de vida e de harmonia entre os seres vivos e a natureza; 10) nova forma de governabilidade, de gestão democrática, ética e participativa associada aos direitos humanos e planetários (GADOTTI, 2010, p. 75-78).

Tanto a Carta da Terra como a Carta da Ecopedagogia, e outros documentos importantes sobre o tema, apontam para um conceito fundamental ligado à teoria e prática ecopedagógica que é a cidadania planetária. Segundo Gadotti (2001), ela se apresenta como um conjunto de princípios, valores, atitudes e comportamentos que demonstram uma nova percepção das pessoas que concebem a Terra como uma comunidade única, como referencial ético de uma nova civilização planetária em vista de uma democracia planetária. Para Gutiérrez e Prado (2013), a cidadania planetária se constitui a partir de seis elementos estruturantes: 1) a planetaridade (sentir-se e viver em harmonia com os outros seres do Planeta Terra); 2) a aldeia planetária (somos cidadãos da aldeia global e do organismo vivo Terra); 3) a dimensão planetária (equilíbrios dinâmicos e interdependentes da natureza acontecem imbricados com o desenvolvimento humano); 4) a pessoa planetária (comunhão com a natureza e a vida como processo de fluxos de energia na incerteza e no imprevisível); 5) os sujeitos coletivos (relação da pessoa com o grupo, instituições políticas locais onde se efetiva a cidadania, é o agir coletivo); 6) relação cotidianidade com planetaridade (construir na vida cotidiana uma sociedade que considere as potencialidades humanas e os limites e exigências da natureza).

Deste modo, a Ecopedagogia se estabelece como uma pedagogia da práxis do cuidado – com o ser humano, com o Planeta Terra, com a vida toda em suas múltiplas manifestações. O cuidado é o modo essencial de ser no mundo dos seres humanos, portanto, cuidar é sinônimo de humanização, é uma atitude geradora de vida, é a fonte originária da natureza humana, é vocação ontológica de ser mais humano (BOFF, 1999; FREIRE, 2003). Por isso, o cuidado tem ao mesmo tempo, uma dimensão antro-po-cosmológica e outra político-pedagógica: os seres humanos se educam mediatizados pelo mundo-natureza, o que os possibilita intervir na realidade para criar o mundo-cultura, na construção da “cidadania planetária” (PRADO ROJAS, 2020).

Desse modo a Ecopedagogia emerge como uma nova cosmovisão crítica diante da crise socioambiental atual e se constitui como um movimento global e colaborativo em defesa da vida e da educação como processo de produção de uma nova mentalidade da humanidade no que se refere às relações ser humano e mundo (KAHN, 2010). Esse processo pode e deve acontecer na Academia via a ambientalização da formação docente (FASSBINDER; NOCELLA; KAHN, 2012), mas também em todos os processos educativos, pois envolve a necessidade da construção de uma consciência de “cidadão da Terra”, em vista da democracia planetária, com vistas à constituição efetiva de Gaia – a civilização planetária que não docotomiza ser humano e natureza –, somos a Terra! (GADOTTI, 2013).

Percebe-se a densidade teórica da Ecopedagogia, em vista de uma práxis crítica, ao se posicionar politicamente antagônica ao atual modelo de desenvolvimento econômico gerador de acumulação de capital e, por consequência,

de pobreza, do modo de produção e consumo insustentáveis, da fragilidade ética da política, da deficiência da ciência de resolver os problemas ambientais, dos limites da ecologia sozinha revigorar os ecossistemas; ao mesmo tempo em que se apresenta propositivamente como uma forma de construir alternativas viáveis em busca da defesa e da geração de vida integral dos seres vivos (humanos e não-humanos), tomando o Planeta Terra como um organismo vivo único, pulsante e evolutivo, em suas nuances e matizes socioambientais, ético-políticos, histórico-culturais, com uma orientação político-pedagógica bem definida, impedindo equívocos interpretativos e práticas contraditórias.

A revisão sistemática da literatura internacional realizada por Ruiz-Peñalveret al (2021), encontrou a maioria dos textos produzidos em inglês, e corrobora que a produção científica sobre a Ecopedagogia ainda tem muito o caráter teórico, acentuando-se aspectos relativos a crítica ao atual modelo neoliberal, mas que serve de base também para uma crítica consistente ao modelo educacional vigente que está mudando sempre e rapidamente. Ao mesmo tempo, Oliveira et al (2021) ao buscar os artigos sobre Ecopedagogia no Brasil em revistas acadêmicas da área da Educação Ambiental, reforçam que a Ecopedagogia ainda está no início de sua consolidação acadêmica, sendo os artigos focados na “sensibilização e afetividade na relação integral homem e natureza; crítica do currículo e/ou proposição de currículos alternativos para a ecopedagogia e concepções epistemológicas”.

Assim, entende-se a Ecopedagogia como um movimento pedagógico freiriano que incorpora a questão socioambiental, não ficando restrita a ela, avançando na reflexão sobre a relação sociedade-natureza em sua multiplicidade de aspectos, tecendo uma crítica contundente ao atual modelo socioeconômico insustentável. Ao mesmo tempo, a obra de Gutiérrez e Prado (2013) sinaliza uma base teórica que supera o modelo cartesiano de leitura de mundo apontando para outras possibilidades de produção de conhecimento, já não mais orientado pelo método científico positivista.

Educação Ambiental e Ecopedagogia: fronteiras, intersecções e distanciamentos

Tendo em vista as reflexões anteriores, apresenta-se no quadro sinótico abaixo uma síntese entre EA e Ecopedagogia, localizando a partir dos aspectos históricos, teóricos e práticos de ambas, suas especificidades, as intersecções e os distanciamentos.

Educação Ambiental	Intersecção e/ou Distanciamento	Ecopedagogia
Multiplicidade epistêmica e metodológica	Intersecção freiriana e distanciamento nas práticas de mercado	Pedagogia de Paulo Freire
Ambientalismo, contracultura, ecologia e eventos da ONU	Intersecção crítica e distanciamento dos fundamentos da práxis	Carta da Terra e Carta da Ecopedagogia
Ecologia política e crítica ao sistema	Intersecção ecológica e crítica à globalização e acumulação do capital	Ecologia profunda e planetaridade
Maleabilidade ideológica	Distanciamento quanto ao rigor	Radicalidade ideológica
Coexistência de tendências e vertentes	Distanciamento quanto à identidade	Unidade político-pedagógica

Quadro 1 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ECOPELOGIA

Fonte: elaboração do autor (2021).

No que diz respeito à base epistêmico-metodológica, ambas tem Paulo Freire como referência. Na Ecopedagogia isso é uma centralidade, enquanto que na EA ele é mais uma referência entre tantas outras, o que permite práticas de EA em situações de mercado para relatórios de sustentabilidade – geralmente ações paliativas de preservação ou conservação ambiental – para o que damos o nome de maleabilidade ideológica; enquanto a Ecopedagogia se estrutura num maior rigor e radicalidade teórico de modo que não se tenha registros de sua cooptação pelo mercado.

Na base de orientação prática a EA tem o movimento ambientalista e a contracultura dos anos de 1960-1980 com destaque para a ecologia política, mas também vem flertando historicamente com os eventos sobre desenvolvimento sustentável da ONU em sua vertente liberal, enquanto a Ecopedagogia assenta-se na Carta da Terra e na Carta da Ecopedagogia; de modo que se pode afirmar que a primeira nasce olhando para trás numa perspectiva de conservação do ambiente natural e avança para uma ecologia política conectando natureza e sociedade, enquanto a Ecopedagogia nasce olhando para frente já que os documentos e eventos que a semearam são prospectivos de uma nova sociedade a se construir via a cidadania e cidadania planetária; embora ambas convirjam para uma crítica contundente à acumulação capitalista e a necessária mudança do modelo insustentável de vida e de produção que gerou a atual crise civilizatória. Enquanto a EA é uma ecologização da Educação, a Ecopedagogia é uma pedagogização da ecologia.

Outro aspecto que se distanciam é quanto à identidade de suas práticas, visto que a EA convive bem com uma gama extensa de vertentes, correntes e tendências – próprias de sua diversidade teórica de base – enquanto que a Ecopedagogia apresenta-se monolítica, numa unidade político-pedagógica em sua práxis. Seria conveniente que os pesquisadores da EA se dedicassem a encontrar uma unidade (na diversidade), para definir o que não é EA, de modo a aprofundar o rigor acadêmico-científico; e os pesquisadores da Ecopedagogia precisariam reinventá-la em busca de novas perspectivas de seu quefazer didático-pedagógico, passando de um campo teórico para um campo da práxis, articulando teoria e prática e quefazer pedagógico.

Cabe agora, depois dessa discussão sobre aproximações e distanciamentos entre EA e Ecopedagogia, estabelecermos um conjunto do que estou chamando de grandes questões atuais para reinventar a Ecopedagogia, a saber: a crítica ao projeto da Modernidade, ao Capitalismo neoliberal e ao Patriarcado como forma de exploração de dominação do ser humano (mulher, negros, índios) e natureza.

Ecopedagogia: reinvenção e as grandes questões

Essa parte de nossa investigação visa estabelecer as três grandes questões e os subtemas que se apresentam na atualidade, os quais a Ecopedagogia não pode se furtar a problematizar. Na verdade, essas questões já estão colocadas como centrais no debate ecopedagógico, mas se apresentam dispersos e, às vezes, implícitos nos textos e é necessário explicitá-los. Assim, não são temas novos, mas exigem novas formas de tratamento, como uma preocupação urgente para o tempo que estamos vivendo.

Essas questões precisam ser investigadas tomando a Terra como paradigma, para estabelecermos outras formas de reflexão e intervenção socioambiental, visando à construção de um mundo mais sustentável, o que inclui a totalidade da realidade e não apenas a dimensão ambiental. Assim, desde já, percebe-se que a Ecopedagogia se apresenta como uma condição mais radical (de raízes profundas) de visão de mundo, que faz um enfrentamento ao que está estabelecido como ordem social e ambiental, mas que é necrófilo e gerador de morte, beneficia uma parte muito pequena da população mundial, além de causar a destruição sistemática dos ecossistemas de vida.

O processo de reinvenção da Ecopedagogia – depois de mais de vinte anos da obra capital – nos permite reler o contexto latino-americano hodierno e estabelecer uma conexão com o cenário internacional, percebendo que a globalização neoliberal praticamente unificou as formas de vida social, havendo pouca diferença no cotidiano de uma pessoa que reside na capital do Japão com uma pessoa que reside na capital do Brasil, de um comerciante de chá em Bangladesh para um pescador na Amazônia, de um padre católico na Itália para um pastor luterano em missão na África do Sul – todas essas pessoas estão sobre a égide do modo de pensar ocidental com foco na razão humana (o método científico positivista), da forma de comércio dominador e destruidor da natureza (o capitalismo financeiro neoliberal) e a forma de dominação masculina branca central (o patriarcado).

A nova Ecopedagogia, produzida por mim nesse breve ensaio monográfico, utiliza-se da dialética para demonstrar como superar guardando essas três questões estabelecidas aqui como centrais – há outras, com certeza – ao engendrar o Patriarcado às novas relações de gênero, raça e etnia; a Modernidade à Transmodernidade; o Capitalismo ao consumo consciente e outras formas de trocas de serviços e mercadorias. Tudo isso vai acontecer a partir de um processo dialético de negação, gerando o contraditório como princípio de destruição construtiva, demonstrando que a solução não é a simples inversão dos polos, mas o estabelecimento de outra realidade-ambiente, mais humanizada e sustentável na totalidade das dimensões.

Patriarcado: gênero, raça e etnia

O patriarcado é uma forma de dominação e violência masculina, exercida principalmente por homens heterossexuais brancos, dentro da nossa sociedade moderna e capitalista. Ele se efetiva na forma de dominação física, psicológica, econômica, ou qualquer outra possível no contexto em que acontece e com os sujeitos envolvidos. Ou seja, as três grandes questões que apresento aqui estão inter-relacionadas de tal forma que é praticamente impossível dissociá-las ou compreendê-las separadamente, em suas manifestações violentas de gênero (SAFFIOTI, 2004).

Este último, mas não menos importante questão para a Ecopedagogia, apresenta-se como o mais direto no que tange a sustentação do nosso atual modelo de sociedade. Isso porque ele está tão arraigado no cotidiano que, inclusive os que com ele sofrem violência não o percebem. Ao apresentar-se como natural e como fator de garantias de ordem social, se desdobra para além da relação homem e mulher, avançando para uma forma de desigualdade maior no que tange a raça e etnia. Segundo as feministas Arruzza, Bhattacharya e Fraser (1999), o que permite essa violência acontecer é o sistema hierárquico que faz a fusão entre gênero, classe e raça.

Assim sendo, o patriarcado é uma criação, não é natural, tem origens determinadas historicamente. Ele pode ser compreendido e combatido no campo das ideias e da práxis social, das relações de gênero, desde a escravidão e a concubina negra, a invisibilidade e o silenciamento da mulher na família e na sociedade e também com fundamentação religiosa cristã desde a criação divina, onde não só a natureza foi submetida aos ditames masculinos, mas também a mulher como obra secundária de um Deus Pai (LERNER, 2019).

Percebemos isso de forma mais explícita quando absorvemos culturalmente a ideia eurocêntrica de que há seres humanos superiores e inferiores: heterossexuais acima dos homossexuais, brancos acima de negros, urbanos acima dos rurais, “civilizados” acima dos povos originários e indígenas, patrão acima dos empregados, ricos acima dos pobres, música clássica e música popular, o cristão e o ateu, entre tantas outras hierarquias sociais, econômicas, ambientais e culturais.

A educação tem uma porção considerável de culpa nessa reprodução das desigualdades, visto que cumpre uma função social de disputa de poder político,

sendo possível intervir e transformar as suas formas de realização (FREIRE, 2003). Nesse sentido, é possível pensar uma pedagogia focada no aprendizado de uma nova visão de ser humano e suas relações entre si e no mundo, em que essas desigualdades e violências possam ser superadas gradativamente, sendo o que se propõe a Ecopedagogia ao trazer para o debate essas questões tão importantes, visto que o patriarcado vem se estabelecendo também como violência ambiental ao degradar as formas femininas de vida humana, sendo que, por isso, precisamos de uma educação “menos comportada”, mais “indisciplinada”, que ensina a transgredir (HOOKS, 2013).

Daí que emerge duas correntes fundamentais de pensamento que precisam ser considerados nesse debate que são o ecofeminismo e o feminismo negro e classista. O primeiro vai tratar de forma mais direta da relação das mulheres e a degradação da natureza como uma consequência do modelo de produção e de vida, demonstrando que as mulheres estão tão vulneráveis quando os ambientes, que servem a exploração capitalista e dos homens; enquanto o segundo vai mais além, demonstrando o caráter político e econômico das relações dos seres humanos entre si (homens sobre as mulheres) e destes com a natureza, sem descaracterizar os aspectos de classe social como uma forma de aprofundamento da violência.

Conforme afirmou Mbembe (2017), em sua profunda análise filosófica da negritude africana como negação do ser, a questão da raça só pode ser entendida conectada à história do capitalismo e das formas autoritárias de exploração da natureza e dos recursos do planeta. Ou, da mesma forma, como proclamou Césaire (2010), essa sociedade europeia é indefensável, pois criou dois problemas que não consegue resolver: a colonização e a pobreza. O primeiro trata da supremacia branca e o segundo da supremacia do capital – tudo o resto não importa, inclusive a natureza – tornando todos condenados da terra (FANON, 2005).

Assim, percebe-se que para conhecermos melhor o mundo e a sociedade que estamos inseridos, somente um olhar pelo viés da complexidade poderá permitir uma leitura de mundo em sua totalidade, abrangendo vários aspectos, que se desdobram numa forma de explicar o mundo: e nisso o patriarcado é uma forma de falar sobre o mundo e dar um contorno de naturalidade.

A Ecopedagogia precisa tomar como ponte de referência esses três aspectos para construir uma pedagogia focada no aprendizado de novas matrizes para a construção de uma nova intervenção no real, essa é uma tarefa político-pedagógica. Não há como imaginar uma educação que queira se estabelecer como crítica, mas que acredite que é possível produzir uma humanidade mais sustentável dentro dessa estrutura social.

Modernidade: falência da razão, emergência do sentir/pensar

O projeto da Filosofia Moderna como superação da Idade Média se constituiu a partir da crítica cartesiana, ao demonstrar a possibilidade humana de por a si mesmo pela faculdade da dúvida metódica (DESCARTES, 2000). Porém, ao mesmo tempo, Descartes estabeleceu uma forma de pensar que deu condições de conhecer a realidade a partir da separação, da individuação, da parte ao invés da totalidade – o que se percebe hoje como um equívoco da sua Filosofia, pois venceu a Religião como fim último da vida, mas guardou o absolutismo religiosos como forma de pensar e resolver problemas.

O paradigma racional, com suas qualidades inerentes a Filosofia que gerou, já nasceu circunscrito, estabelecendo os limites da razão como os limites do conhecimento. Atualmente, percebe-se nitidamente que esse modelo já não consegue responder à complexidade das demandas dos problemas socioambientais pela sua falta de capacidade de construir conhecimento multi, inter e transdisciplinar. Inclusive, podemos afirmar com toda certeza que foi esse modelo de pensar a realidade-ambiente e a presença humana no mundo, aliado a outros acontecimentos mundiais como a Revolução Industrial, por exemplo, que gerou a maioria das

desregulações dos ecossistemas, proporcionando destruição em massa de diversas formas de vida na fauna e na flora do planeta. Conforme já denunciava Adorno (1995), a modernidade é um projeto em falência, sendo as grandes guerras (especialmente a Segunda e os campos de concentração nazistas) sua maior expressão de verdade.

O fim da razão como única resposta aos problemas da humanidade abre a possibilidade de estabelecermos outras bases, agregar nossas outras dimensões humanas na construção de saídas para nossas questões, por exemplo, a emoção, a intuição, a ternura, a amorosidade; em vista de construir novas formas de solucionar os problemas e evitar danos socioambientais – o que inclui o sentir/pensar como síntese para o nosso tempo.

Dessa forma, inicia-se um movimento de longo prazo de crítica sistemática do positivismo que quis, de acordo com Comte (2011), se estabelecer como o terceiro e último estágio da produção de conhecimento da humanidade –, baseado num método também absolutista, o método científico postulado por Bacon (2002), além de avançar para além da matematização do mundo afirmado por Newton (2016), para construir a superação do ser humano como dominador do mundo ao conhecê-lo. A questão aqui é absorver dialeticamente o que ambos contribuem para nosso novo paradigma Terra e superar o caráter estático dessas heranças da Modernidade.

Em outras palavras, precisamos fazer um deslocamento do **método** para novos **caminhos** possíveis de inéditos viáveis; superar a ideia fechada de **conceito** e estabelecer novos **horizontes** de conhecimentos; superar o absolutismo da **razão** pela perspectiva dialógica da **emoção** e da **amorosidade**. Assim, produzimos conhecimentos contextualizados, que nos permitiriam além de interpretar a realidade nos movermos na direção de sua transformação (MARX; ENGELS, 2009).

Obviamente, não quero me colocar nessa breve introdução à nova Ecopedagogia como o criador desse movimento de superação dialética da Filosofia Moderna, que me parece muito bem estabelecida no campo das Ciências Humanas, iniciado por Karl Marx, passando por Edgar Morin, Enrique Dussel e Paulo Freire, mas o que há de novo em nossa investigação é a maneira como apresentamos a articulação desses conceitos com o interesse de restabelecer um paradigma de leitura do mundo, embasado na Filosofia produzida por esses autores, num movimento de releitura de suas bases reflexivas para adensar a Ecopedagogia do século XXI, na direção da construção de uma nova forma de relação ser humano e natureza.

Capitalismo: competição, acumulação e poluição

O capitalismo é a atual forma de organização dos processos de trocas, produção e consumo, mas nem sempre foi assim, e nem significa que nunca haverá mudança esse formato, embora seja preciso admitir que ele está revestido de uma capacidade incrível de se regenerar após cada crise econômica.

Embasado na competição e na livre iniciativa, na defesa da liberdade e da propriedade privada, ele dominou o globo terrestre como uma forma única de relação de consumo, tendo como centralidade o fetiche da mercadoria e uma capacidade de geração de desejos de consumo nunca antes visto a história da humanidade, além de estar sustentado na alienação da força de trabalho do proletariado e na acumulação de riqueza e geração de grandes fortunas – pessoais, familiares e empresariais. Segundo dados da Oxfam o patrimônio de apenas 26 bilionários equivale a mesma renda de 50% da população mundial (MACIEL, 2019). O Gráfico 1 abaixo demonstra que os bilionários do mundo, que equivalem a 1% da população mundial, detêm 46% da riqueza produzida, enquanto 55% da humanidade que vive com menos de dez mil dólares anuais detêm apenas 1% da riqueza, estabelecendo as bases da desigualdade socioambiental.

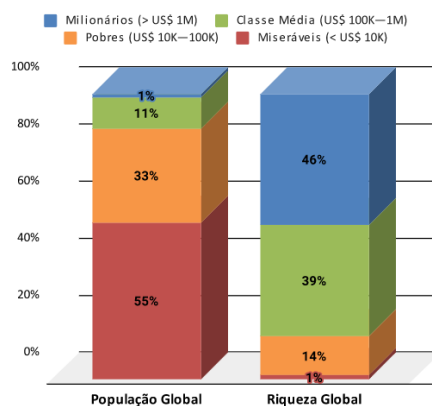


Gráfico 1: desigualdade econômica global

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Listas_de_bilion%C3%A1rios (2022)

Esse modelo, considerado de sucesso, precisa ser redimensionado, reajustado, precisa estar embasado em novos princípios para produzir uma sociedade menos desigual, que respeite a dignidade humana e considere a preservação da natureza como princípio fundamental da reprodução de todas as formas de vida. Algumas experiências vêm sendo desenvolvidas ao longo do tempo que tentam estabelecer bases distributivas mais razoáveis ao capitalismo, buscando erradicar a pobreza com a riqueza na base da pirâmide social (PRAHALAD, 2005) e até mesmo criando bancos e empresas que atuam com as pessoas mais pobres de países periféricos (MYCOSKIE, 2014; YUNUS, 2000; 2010), chegando até a postular empresas com uma dimensão mais humana e tendo como diretriz geral o respeito ao meio ambiente, a defesa dos animais, a saúde da mulher, entre outras ações sustentáveis (KOTLER; HESSELKIEL; LEE, 2012).

Por outro lado, quando cai a máscara do “capitalismo social”, também chamado de capitalismo consciente (MACKEY; SISODIA, 2018), ou dos empresários sociais (CUNHA, 2020), o que fica é um conjunto de estratégias ardilosas de exploração sutil da mão-de-obra da classe trabalhadora, que se vê encurralada dentro do sistema para reproduzir a vida e garantir a qualquer custo o sustento diário de sua família. A isso chamamos, conforme Sandel (2012), dos limites morais do mercado capitalista que, sem pudor algum, construiu o tempo que vivemos, onde tudo pode ser comprado e vendido, desde tatuagem de marcas na testa, barriga de aluguel (exploração da mulher), até a venda de órgãos. Não há limite para o Capital!

Toda essa sede por acumulação de capital só é possível de ser saciada pela destruição do meio ambiente, ao tomá-lo como recurso para a produção que gera poluição, atingindo principalmente as classes menos favorecidas. Estabelece-se uma injustiça ambiental, visto que os pobres são os que mais sofrem com a degradação do meio ambiente, desde os efeitos de questões naturais como furacões e enchentes, como os desastres ambientais causados por empresas de forma deliberada ou não (ACSELRAD; HERCULANO; PÁDUA, 2004).

Mas isso não vai parar enquanto os problemas socioambientais gerarem renda, puderem ser objeto de empreendimentos e tornarem-se ainda rentáveis negócios, como demonstrou Funk (2016) ao abordar as possibilidades que empresários europeus vem explorando a partir do aquecimento global. Ao mesmo tempo, precisamos pensar seriamente como transformar as nossas cidades em espaços urbanos e rurais mais sustentáveis, construindo soluções coletivas no que diz respeito à água, transporte, produção de alimentos, energia, resíduos sólidos, consumo consciente, entre tantos outros aspectos da vida social (TRIGUEIRO, 2017).

Nesse sentido, emerge a Economia Solidária como uma forma sustentável das relações de produção e troca, focada no associativismo e no cooperativismo como

maneiras de produzir, comercializar, consumir e preservar o meio ambiente (DICKMANN, 2014). Esses processos alternativos podem, a médio e longo prazo, constituir-se como formas de enfrentamento da uberização do trabalho e dos trabalhadores (SLEE, 2017) e da superação da nova onda do trabalho precarizado da era digital, especialmente ao proletariado (ANTUNES, 2018). Assim, é possível afirmar, com base em Marx (1975) que o capitalismo não é eterno, mas uma fase transitória da história, que estabelece seu próprio fim ao gerar contradições indissolúveis dentro do sistema exploração do trabalho e de acumulação de riqueza.

Dessa forma, a Ecopedagogia não postula um futuro sem dinheiro ou sem trocas de mercadorias, mas estabelece como possibilidade de um inédito viável (FREIRE, 2005), um mundo onde a base de sustentação da produção esteja conectada, umbilicalmente, a garantia da defesa de todas as formas de vida do Planeta, humanas e não-humanas, de modo a respeitar a resiliência dos ecossistemas e do fim da pobreza (resultado da acumulação do capital). O estabelecimento de uma nova ética econômica (*ethos* = costume; *oikos* = casa comum; *nomós* = lei) possibilitará a humanidade se reencontrar com suas origens, suas formas sustentáveis de cuidado da vida, seus costumes originários, sua cidadania planetária (GADOTTI, 2000).

Considerações finais: pedagogia das sementes

A questão central dessas reflexões não é fazer um juízo de valor, mas se pretendeu numa breve e introdutória análise comparativa, entre a Educação Ambiental e a Ecopedagogia, dimensionar suas semelhanças e divergências, haja visto que a maioria dos textos produzidos até hoje as tomam em uma identidade epistêmico-metodológica, como gêmeas univitelinas, mas a pesquisa demonstra que não é bem assim.

É importante ressaltar que a Educação Ambiental tem uma produção muito mais ampla em quantidade de materiais científicos disponíveis, o que corrobora para a multiplicidade de abordagens, enquanto a Ecopedagogia é um campo insipiente e carente de estudos acadêmicos mais sistemáticos – precisando ampliar sua maturidade acadêmica. O que ocorre no cotidiano das pesquisas e prática, sobre as questões relacionando meio ambiente e educação é que ambas têm se imbricado numa perspectiva majoritariamente crítica e com potencial de constituição de sujeitos também críticos diante da realidade socioambiental, sendo que a Educação Ambiental crítica e na perspectiva freiriana é praticamente idêntica à Ecopedagogia, no que diz respeito à finalidade e práxis.

Nesse movimento que se vem construindo, Paulo Freire, em pleno centenário, contribuirá para a reconstrução da Ecopedagogia, visto que se têm poucos estudos sobre o tema e como o pensamento freiriano está na base fundadora da Ecopedagogia, ele estará presente também na refundação e reinvenção da Ecopedagogia e da **cidadania** planetária, agregando outros temas emergentes da nossa época que não estavam presentes anteriormente, como os anunciados anteriormente e outros, tais como: tecnologias digitais e redes sociais; pessoas com deficiência e educação inclusiva/especial; cor, preconceito racial, imigração e xenofobia; homofobia, gênero e sexualidade; mulher e ecofeminismo; ecossocialismo, entre outros.

Essa investigação, longe de esgotar o assunto, é propedêutica e tem características de semente, precisa cair em solo fértil, necessita de cuidado para crescer e dar frutos, pois a luta da Ecopedagogia não é de um só, mas de todos, de todas; especialmente de nós, educadores e educadoras. Movo-me na esperança e na amorosidade, pois elas se constituem como referências para a construção de um mundo mais justo e sustentável e de orientação para a defesa de todas as formas de vida e cuidado do planeta.

Referências

- ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. (Orgs.). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: RelumeDumará: Fundação Ford, 2004.
- ADORNO, T. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.
- ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviço da era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018
- ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.
- BACON, F. **Novumorganum**. Acrópolis, 2002.
- BERTOLUCCI, D.; MACHADO, J.; SANTANA, L. C. Educação ambiental ou educações ambientais? As adjetivações da educação ambiental brasileira. **REMEA**, Rio Grande, v. 15, 2005.
- BOFF, L. **Saber cuidar: ética do humano, compaixão pela terra**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BOFF, I. **Ecologia: grito da Terra, grito dos pobres**. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.
- CÉSAIRE, A. **Discurso sobre o colonialismo**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2010.
- COMTE, A. **Discurso preliminar sobre o Espírito Positivo**. 2011. Disponível em: <https://pt.book4you.org/book/4943811/b86ffc> Acesso em: 02. Nov. 2021.
- CUNHA, R.V. **Humanos de negócios**. Belo Horizonte: Voo, 2020.
- DESCARTES, R. **Discurso do método**. São Paulo: Martin Claret, 2000.
- DICKMANN, I. (Org.). **Cooperativismo e economia solidária: mapeamento de experiências**. Chapecó: Ação Cultural, 2014.
- DICKMANN, I.; CARNEIRO, S. M. M. **Educação Ambiental Freiriana**. Chapecó: Livrologia, 2021. (Coleção Paulo Freire; 05).
- FANON, F. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: UFJF, 2005.
- FASSBINDER, S. D.; NOCELLA, A. J.; KAHN, R. **Greening the academy: ecopedagogy through the liberal arts**. Rotterdam: Sense Publishers, 2012.
- FOSTER, J. B. **The vulnerable planet: a short economic history of the environment**. New York: Monthly Review Press, 1999.
- FOSTER, J. B. **Ecology against capitalism**. New York: Monthly Review Press, 2002.
- FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FUNK, M. **Caiu do céu: o promissor negócio do aquecimento global**. São Paulo: Três



Estrelas, 2016.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 37 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. 12 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GADOTTI, M. **Pedagogia da Terra**. 3 ed. São Paulo: Fundação Peirópolis, 2000.

GADOTTI, M. Pedagogia da Terra: Ecopedagogia e educação sustentável. In.: TORRES, C. A. (Org.). **Paulo Freire e a agenda da educação latino-americana no séc. XXI**. Buenos Aires: CLACSO, 2001.

GADOTTI, M. **A Carta da Terra na educação**. São Paulo: IPF, 2010.

GADOTTI, M. Cidadania planetária. In.: GUTIÉRREZ, F.; PRADO, C. **Ecopedagogia e cidadania planetária**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

GUTIÉRREZ, F.; PRADO, C. **Ecopedagogia e cidadania planetária**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir: educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

KAHN, R. V. **Critical pedagogy, ecoliteracy, and planetary crisis: the ecopedagogy movement**. New York: Peter Lang, 2010.

KOTLER, P.; HESSEKIEL, D.; LEE, N. R. **Boas ações: uma nova abordagem empresarial**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. C. As macrotendências político-pedagógicas da Educação Ambiental brasileira. **Ambiente e Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 1, 2014.

LERNER, G. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. São Paulo: Cultrix, 2019.

LOUREIRO, C. F. B. **Trajatória e fundamentos da Educação Ambiental**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

LOUREIRO, C. F. B. Aspectos históricos, epistemológicos e ontológicos da Educação Ambiental Crítica. In.: RODRIGUES, D. G.; SAHEB, D. (Orgs.). **Investigações em Educação Ambiental**. Curitiba: CRV, 2018.

LÖWY, M. **O que é ecossocialismo**. São Paulo: Cortez, 2014.

MACIEL, C. **Patrimônio dos 26 mais ricos do mundo equivale ao da metade mais pobre: o dado foi divulgado pela organização Oxfam**. Publicado em 21/01/2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-01/patrimonio-dos-26-mais-ricos-do-mundo-e-igual-ao-da-metade-mais-pobre>
Acesso em: 17 nov. 2021.

MACKEY, J.; SISODIA, R. **Capitalismo consciente: como libertar o espírito heroico dos negócios**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018.

- MARX, K. **O capital**: livro 1. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. 2 ed. Lisboa: Antígona, 2017.
- MYCOSKIE, B. **Comece algo que faça a diferença**. Belo Horizonte: Voo, 2014.
- NEWTON, I. **Principia**: princípios matemáticos de filosofia natural. São Paulo: EDUSP, 2016.
- OLIVEIRA, M. S. et al. O conceito de Ecopedagogia: um estudo a partir dos artigos de revistas de Educação Ambiental. **REMEA**, Rio Grande, v. 38 n. 1, p. 266-289, jan./abr., 2021. DOI: <https://doi.org/10.14295/remea.v38i1.11279>
- PRADO ROJAS, Cruz. **Ecopedagogía: hacia una CUIDadanía planetaria**. 2020. (prelo).
- PRAHALAD, C. K. **A riqueza na base da pirâmide**: como erradicar a pobreza com o lucro. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- RUIZ-PEÑALVER, S. M. et al. La ecopedagogía en cuestión: una revisión bibliográfica. **Contextos Educativos**, v. 28, p. 183-201, 2021.
- SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SANDEL, M. J. **O que o dinheiro não compra**: os limites morais do mercado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- SAUVÉ, L. Educação ambiental: possibilidades e limitações. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 02, p. 317-322, maio/ago., 2005.
- SLEE, T. **Uberização**: a nova onda do trabalho precarizado. São Paulo: Elefante, 2017.
- STAMOS, D. N. **A evolução e os grandes temas**: sexo raça, religião e outras questões. São Paulo: Loyola, 2011.
- TRIGUEIRO, A. **Cidades e soluções**: como construir uma sociedade sustentável. Rio de Janeiro: LeYa, 2017.
- YUNUS, M. **O banqueiro dos pobres**. São Paulo: Ática, 2000.
- YUNUS, M. **Criando um negócio social**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010

Recebido em: 08 de agosto de 2022

Aprovado em: 31 de agosto de 2022

Publicado em: 25 de setembro de 2022